

Reseña de “Tradução como conceito: Universalidade, negatividade, tempo” de Hrnjez, Saša

DOI: 10.5281/zenodo.13916981



Hrnjez, Saša

Paco Editorial

Jundiaí-SP, 2023

248 páginas

Tradução de Íris Fátima da Silva Uribe y Luis Uribe Miranda

ISBN: 9788546222773

O livro *Tradução como conceito. Universalidade, negatividade, tempo* de Saša Hrnjez, publicado em língua italiana em 2021 e traduzido para a

língua portuguesa por Íris Fátima da Silva Uribe e Luis Uribe Miranda em 2023, é fruto da pesquisa do autor sobre os aspectos filosóficos da tradução.

A tradução foi sempre vista com certa suspeita, algo de secundário que chegaria somente depois, para desconfigurar e alterar o significado originário, mas que revela, ao contrário, como não existe uma linguagem pura falada por um sujeito presente que não seja, desde sempre, desdobrado, fissurado e contaminado por outro; e, além disso, como não existe uma língua originária que não precise de uma língua de chegada que possibilite, segundo a expressão de Luis Uribe Miranda, um verdadeiro processo de “descolonização contínuo” (p. 8).

Esse livro filosófico escrito por um autor servo em italiano e sucessivamente traduzido para o português brasileiro surpreende por ser o manifesto do propósito a ser investigado, quer dizer, como pensar a tradução como problema filosófico enquanto se escreve em uma língua que não é “própria”? Mas

também como traduzir para permitir a sobrevivência das obras filosóficas e qual ligação existe entre um autor e a língua em que ele se expressa? Há certa adequação, como uma fidelidade íntima, que seria traída ou perdida a partir da sua tradução em outro idioma? Como pensar a tradução não como mera transposição do mesmo, mas como deslocamento espaço-temporal que abre as fronteiras para a possível chegada do outro? Podemos repensar a tradução, através de um viés marcadamente político, como tarefa inexaurível em uma época em que “A particularidade reivindica violentamente o seu direito de existência contra a existência das outras particularidades” (p. 91). Oferecer respostas a essas perguntas, a partir da apresentação ao leitor do crescente debate sobre o tema, é o mérito desse livro.

Tradução como conceito. Universalidade, negatividade, tempo é dividido em três partes antecipadas por um prólogo: 1) A universalidade tradutora. Raízes históricas e perspectivas conceituais, 2) Tradução como negatividade e reflexão: da diferença à contradição e 3) O tempo maduro para estar atrasado. Se com o título poderíamos resumir a tese do livro, com a divisão triádica dos capítulos podemos ver o implante dialético-especulativo hegeliano do autor. A “tradução como representação” como ato comunicativo de transposição de um idioma para o outro entre línguas já plenas e formadas que não se alteram no processo permanecendo atemporais, o autor contrapõe a “tradução como conceito” enquanto “*palavra em devir*, ou como uma estrutura transformadora inerente à própria palavra” (p. 20). Na tradução, assim compreendida, não se produz uma mediação, mas um “resto” incomensurável que nos mostra como o conteúdo de cada língua é sempre perpassado pela diferença. Quer dizer, a tradução não comunica o sentido, mas o emancipa através de um processo de “exclusão inclusiva” que aponta como cada termo não encontra a própria negação apenas fora dele, mas dentro dele como “transformação de um mediante o outro, no outro” (p. 32).

Na primeira parte é analisada a universalidade da tradução. Com isso o autor não entende uma língua adamítica que funcionaria como fim utópico das línguas históricas e nem um espaço mediano como lugar mútuo de exclusão *entre* as línguas, mas, hegelianamente, uma universalidade que é sempre situada, incorporada e determinada por particularidades concretas. Na tradução há um endereçamento contínuo que não prevê uma “nossa língua” já

definida separada da língua do estrangeiro, porque isso comportaria um silenciamento das diferenças em uma “identidade híbrida” em que os conflitos desaparecem, mas é o que acontece antes da separação em fronteiras como processo endolinguístico de diferenciação linguística. Assim, ocorre desvelar não somente como na origem está a tradução como pluralidade concreta das diferentes línguas, mas também como a tradução é a “língua materna da universalidade” (p. 99).

Na segunda parte é estudado o caráter negativo da tradução enquanto relacionado a alteridade. Como o autor ressalta, não se trata apenas de mostrar o aspecto diferencial da tradução, mas também o seu lado contraditório e por isso reflexivo. O texto se reflete no outro traduzido e na passagem de uma língua para outra adquire seu “próprio” significado somente na volta para si. A exclusão mútua retroage em cada palavra dessa relação produzindo um motor de inclusão que concretiza a possibilidade de significados ulteriores. A palavra traduzida, assim, aparece na tradução como outro de si, mas não em um processo de reconhecimento identitário e sim como palavra deformada que precisa alterar-se para se concretizar e se reconhecer.

Na última parte, o autor investiga a temporalidade da tradução. Ora, o fato de a tradução chegar depois do original é algo óbvio no senso comum que determinou ao longo dos séculos a sua desvalorização. Mas o que o autor pesquisa aqui é um atraso precursor e kairológico que retroage sobre o texto traduzido possibilitando, dessa forma, as “sementes de uma palavra futura” (p. 243). Quer dizer, a obra alcança sua maturidade apenas através da sua tradução em uma época sucessiva, e, sobrevive apenas porque é autotransformação, amadurecimento que chega tarde, como uma pós-maturação de um fruto depois de ser colhido. Apenas a palavra de outra língua permite que o fruto-obra possa amadurecer mesmo depois de ter sido separado da “árvore-língua nativa” (p. 187). A tradução olha para trás, mas, ao mesmo tempo, é direcionada para o futuro, maturação e enxerto. Um atraso constitutivo, um deslocamento espaço-temporal que não é sinônimo de espera ou resignação, mas aquilo que possibilita pensar uma filosofia da tradução como “práxis histórica” e escutar na própria voz o ressoar do eco do estrangeiro.

A tradução não apenas chega sempre atrasada, mas também seu lugar não lhe pertence porque “cada língua que habitamos é já uma tradução” (p. 201). Ela é um desenraizamento que encontra na língua de chegada sua própria pátria. Em um tempo marcado pelo crescimento de movimentos reacionários e fascistas que reivindicam a pureza da raça e da cultura com políticas anti-imigratórias sempre mais fortes e excludentes, o livro *Tradução como conceito: universalidade, negatividade, tempo* nos mostra com força a vocação política da tradução como reconfiguração contínua e polifônica de vozes que ecoam uma nas outras, assim como, a inexauribilidade de sua “tarefa” porque “Muro e guerra são duas figuras que surgem quando o trabalho de tradução falha” (p. 91).

A nossa situação contemporânea requer – e aqui está a aposta utópica do autor – um trabalho contínuo e “criativo” sobre a ‘tradução que nos permita não somente vivenciar a “experiência tradutiva” como experiência política, mas também constituir “comunidades de cidadãos-tradutores” (p. 90) capazes de responder à invisibilidade do estrangeiro que atende sua tradução. Nesse sentido, a obra de Saša Hrnjez traz ao público de língua portuguesa o crescente debate contemporâneo sobre a filosofia da tradução e com sua “tentativa de esboçar uma ontologia política e histórica da tradução” (p. 95) constitui uma contribuição importante para as pesquisas filosóficas sobre esse tema.

Deborah Spiga.

Doutora em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Guarulhos, SP- Brasil. Pesquisadora, tradutora, professora de italiano.

<https://orcid.org/0000-0001-5636-9040>.